



A IDENTIDADE CULTURAL DO MST NO SÉCULO XXI: entre o essencialismo e o não-essencialismo

Fábio Souza da Cruz¹

Resumo: O trabalho apresenta um estudo envolvendo um movimento social – o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) – e as noções de identidade cultural. A investigação desenvolve um breve exercício de contextualização do Movimento através da sua história, seu relacionamento com o poder e a sua estrutura nos dias atuais. Com relação aos marcos teórico-metodológicos, a pesquisa adota os pressupostos de Stuart Hall (2002), Kathryn Woodward (2000) e os discursos dos integrantes do Movimento retirados do estudo de recepção realizado por Cruz (2006). Como discussão central, pretende-se analisar os desafios do MST em tempos de globalização.

Palavras-chave: Movimentos sociais, globalização, identidade, identidade cultural.

Abstract: This work presents a study involving a social movement - the MST (portuguese acronym for Movement of the Agricultural Landless Workers) - and the slight knowledge of cultural identity. The inquiry develops a brief exercise on combining the meaning of the Movement through its history, its relationship with the power and its structure in the current days. In regard to theoretical-methodological landmarks, the research adopts presuppositions of Stuart Hall (2002), Kathryn Woodward (2000) and speeches of people from the Movement, taken from Cruz' study of reception (2006). As central quarrel, it is intended to analyze the challenges of the MST in globalization times

Key words: Social movements, globalization, identity, cultural identity

¹ Doutor. Universidade Católica de Pelotas. E-mail: fabiosouzadacruz@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Este artigo pretende investigar a identidade cultural de um movimento social brasileiro, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), a formação de sua identidade, bem como as possíveis mudanças sofridas pelos agricultores Sem-Terra em tempos de modernidade tardia (HALL, 2002).

Em linhas gerais, o MST consiste em um movimento social formado por agricultores do meio rural, que surge em 1984, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná. Insatisfeitos com os rumos de uma política que beneficie o homem do campo, os integrantes do Movimento, oriundos das mais diversas partes deste mosaico social que é o Brasil, emergem, assim, como atores na luta pela terra, para trabalhar, reivindicando uma reforma agrária digna e justa.

Por outro lado, hoje, as questões ligadas ao processo de globalização apresentam conseqüências das mais variadas sobre os sujeitos sociais. Investigar como se situa o MST nesse processo consiste na principal meta deste estudo. Sendo assim, a investigação partirá do MST, que terá sua história construída através de um exercício de contextualização, relacionando a questão agrária no Brasil e a política brasileira a partir de 1984, ano de fundação do Movimento. Como eixo central, a pesquisa fará uma articulação entre os pressupostos teórico-metodológicos de Stuart Hall (2002), Kathryn Woodward (2000) e Zygmunt Bauman (2005). Para desenvolver a análise com base nos discursos e na auto-afirmação dos integrantes do MST, foi usado neste artigo alguns trechos de entrevistas do estudo de recepção realizado no assentamento “Pitangueiras” (localizado no interior de Canguçu/RS), para o desenvolvimento do trabalho de Cruz (2006) que estudou a relação entre o Movimento e o programa Jornal do Almoço, da RBS TV, afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul.

1. O MST e a trajetória de luta pela terra

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) foi gestado a partir de 1979, motivado por inúmeros acontecimentos, dentre eles “o aspecto sócio-econômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970” (STEDILE e FERNANDES, 2001, p.151). O que acontece, então, é um processo de modernização das tecnologias no campo, ao mesmo tempo em que se mantém a concentração de terras o que,



conseqüentemente, acarreta a exclusão social.

Tendo sua origem vinculada principalmente às lutas que aconteceram no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, o Movimento também deve muito de sua força à Comissão Pastoral da Terra (CPT), que surge em 1975, em Goiânia, capital do estado de Goiás. Com a frase “Ocupação é a única solução” (STEDILE e FERNANDES, 2001, p.52), o MST foi oficializado no mesmo período em que o País lutava pela volta da democracia, em 1984, durante o primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, em Cascavel (Paraná). Clamando novamente por uma reforma agrária urgente, o MST vai além: critica o Estatuto da Terra e sugere a criação de leis novas.

Em seu primeiro discurso, na madrugada de 22 de abril de 1985, logo após o falecimento de Tancredo Neves, dentre outras medidas, José Sarney (1985-1989) promete implantar a reforma agrária no País, o que não ocorre. Esse governo marca um período de ocupações de sedes do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), além de uma série de desapropriações e assentamentos.

Mais tarde, em 1989, durante o período das eleições presidenciais no País, a vitória de Fernando Collor de Melo (1990-1992) sobre Luiz Inácio Lula da Silva indicaria um futuro difícil para o MST. O eleito entra para a história como o que menos assentou famílias. Pelo contrário, foi quem mais reprimiu os Sem-Terra, com invasões da polícia federal a secretarias estaduais do MST, acarretando roubo de documentos, além de processos judiciais e pedidos de prisão contra membros do Movimento. Com um governo marcado pela corrupção, Collor sofre o processo de *impeachment* em 1992. Assume, então, o seu vice, o mineiro Itamar Franco (1992-1994), que, dentre os presidentes da república, foi o primeiro a receber o MST.

Como presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) assentou milhares de famílias, mas, no entanto, a política neoliberal de seu governo promoveu a pobreza no campo o que, entre outros fatores, acabou engrossando os chamados cinturões de miséria no meio urbano. A esperança de novos rumos para o MST surge através da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro de 2002. Apesar disso, o que se seguiu foi uma política agrária que, comparada ao momento anterior, teve poucas mudanças significativas, o que gerou frustração por parte dos Sem-Terra.

O MST apresenta “laços imaginários” (SILVA, 2000, p.85) como “a bandeira, o hino, as palavras de ordem, as ferramentas de trabalho (...) [e o] uso do boné (...)” (STEDILE e



FERNANDES, 2001, p.132). Essas “marcações simbólicas” e identitárias são, para Woodward, os meios pelos quais se dá “sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas relações sociais” (2000, p.10).

Entretanto, a principal marca dos Sem-Terra é criada a partir de uma ausência, a de não possuir terra. O MST luta pelo direito à terra, o trabalho e a sobrevivência. Nessa caminhada, o Movimento “propõe ser um ‘igual’ numa sociedade marcada por clivagens da desigualdade sócio-econômica e político-cultural” (GOHN, 2000, p.154), as quais implicam exclusão.

Depois de passar por várias fases no que se refere à sua organização e construção, o MST chega aos dias de hoje tendo a reforma agrária como uma de suas principais bandeiras de luta. No entanto, essa não é mais a sua única preocupação. Agora também apresentam novas frentes reivindicatórias de crédito, escola, saúde e moradia. O Movimento busca, portanto, o exercício da democracia, da cidadania e da participação dos trabalhadores enquanto construtores de suas próprias histórias e da sociedade em que estão inseridos.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA: AS QUESTÕES DE IDENTIDADE

O conceito de identidade está sendo amplamente discutido nas ciências sociais, porém, ainda habita um patamar muito instável. Stuart Hall (2002) ao tratar sobre o tema, afirma estar lidando com tendências muito recentes e ambíguas, caracterizando esse conceito como “[...]demasiadamente complexo, muito pouco compreendido na ciência social [...]” (p. 8).

As identidades culturais não são unificadas, centradas e inerentes aos indivíduos. A modernidade tardia e os processos de globalização dispersaram-nas. Neste sentido, Bauman (2005) também aponta a instabilidade e a dificuldade do sujeito moderno em assegurar uma identidade unificada e centrada: “As ‘identidades’ flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas.” (p.19)

2.1 Por um conceito da identidade e da diferença



Os estudos de identidade, através da perspectiva dos Estudos Culturais, sempre tomam como lugar de fala as questões identitárias do indivíduo pós-moderno. Não é por acaso, já que a grande questão é discutir a “crise de identidade”, a idéia de o sujeito pós-moderno estar “descentrado”, fragmentado e composto por várias identidades². Woodward argumenta que “a identidade é relacional” (2000, p. 9). Sua existência só é possível quando há algum fator externo para se contrapor, outra identidade para se diferir. Defendendo a mesma hipótese, Silva coloca a identidade e a diferença em um mesmo patamar. A identidade, numa visão simplista, pode remeter a uma auto-afirmação. “A identidade assim concebida parece ser uma positividade (‘aquilo que sou’), uma característica independente, um ‘fato’ autônomo” (2000, p. 74). Da mesma forma, a diferença é uma afirmação sobre o ‘aquilo que o outro é’, levando-nos a perceber que ambas são auto-referenciadas. A identidade e a diferença participam de uma relação de dependência, porém “a forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação”. Só se faz afirmações identitárias quando a diferença existe. Portanto, nota-se que a identidade é uma negação a outras identidades, ou seja, as diferenças. A sociedade está a maior parte do tempo estabelecendo um jogo de classificações, hierarquias. A identidade está sempre ligada ao binarismo “nós/eles”. “Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que está dentro e o que está fora” (SILVA, 2000, p.82).

Esses aspectos não foram valorizados por acaso - as identidades, adquirem sentido e se representam por meio de sistemas lingüísticos e simbólicos (WOODWARD, 2000). É através da diferença (fronteiras demarcadas simbolicamente em relação a outros) que a identidade, numa perspectiva não-essencialista, é concebida. Fala-se aqui em não-essencialismo³, pois o

² Para uma melhor compreensão de como ocorreu a concepção do sujeito pós-moderno, vale conferir a revisão das três concepções de sujeito feitas por Hall (2002), bem como seu mapeamento da forma pela qual o sujeito foi conceptualizado através do pensamento moderno. Hall divide a identidade em três concepções: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.

³ Para compreender como a identidade não-essencialista funciona nesse quadro contraditório entre as diferenças e a tentativa de autenticação, Woodward propõe um sistema classificação, baseado em dez questões:

(1) Para entender como a identidade funciona, precisamos conceitualizá-la e dividi-la em suas diferentes dimensões. (2) Com frequência, a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável. (3) Algumas vezes essas reivindicações estão baseadas na natureza. [...] Mais frequentemente, entretanto, essas reivindicações estão baseadas em alguma versão essencialista da história e do passado, na qual a história é construída ou representada como uma verdade imutável. (4) A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades [...] (5) A identidade está vinculada também a condições sociais e materiais. Se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais



conceito essencialista de identidades se baseia na noção do sujeito cartesiano, o qual possui uma identidade fixa e inalterável. Porém, ao mesmo tempo em que uma identidade busca opor-se à outra, também reivindica aquela identidade verdadeira e autêntica.

As características presentes na identidade não-essencialista podem ser facilmente comparadas à definição de comunidades imaginadas (Hall, 2002). Embora trabalhadas através de uma perspectiva das identidades nacionais, não exclui as características de identidades culturais, tema sobre o qual se desenvolve nesse trabalho.

As identidades nacionais não pertencem à natureza essencial do indivíduo, “mas são formadas e transformadas no interior da representação” (p.48). Mais forte do que o pertencimento a uma certa nação, ou a um certo grupo, é a participar da idéia de como ele foi criado, baseado em um sistema de representação cultural. Bauman (2005) acompanha a mesma via de Hall, porém divide o conceito de comunidade em duas categorias: “de vida” e “de destino”. As primeiras são aquelas “cujos membros 'vivem juntos numa ligação absoluta” (BAUMAN, 2005, p.17), enquanto as outras são formadas a partir de idéias e princípios. Segundo o autor, “a questão da identidade só surge com a exposição a comunidades da segunda categoria” (p.17), devido à variedade de princípios e idéias presentes nelas, e, muitas vezes, tendo sempre que manter as escolhas do grupo em constante remanejamento.

Hall caracteriza a cultura nacional como um discurso e expõe cinco elementos principais, dentre eles está o povo puro ou original⁴.

Apesar das diferenças explícitas de um povo, a nação, através dos elementos discursivos citados, “busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma família nacional” (HALL, 2002, p. 59). Essa unificação pode afetar a singularidade cultural de um determinado grupo, tornando-o marginalizado. Os movimentos sociais surgem nesse contexto, definidos por uma política de identidade, marcados “por uma

porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais. [...] (6) O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e manutenção das identidades. [...] (7) A conceitualização da identidade envolve o exame dos sistemas classificatórios [...] (8) [...] algumas diferenças podem ser obscurecidas [...] (9) As identidades não são unificadas. Pode haver contradições no seu interior que têm que ser negociadas [...] (10) [...] Precisamos, ainda, explicar por que as pessoas assumem suas posições de identidade e se identificam com elas. Por que as pessoas investem nas posições que os discursos da identidade lhes oferecem. (WOODWARD, 2000, p. 13-15)

4 Os outros quatro elementos são a narrativa da nação (como as histórias sobre a nação são contadas, através dos meios de comunicação, literatura etc); a ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade; a invenção da tradição (ritos e simbolismos buscando “implementar” certos comportamentos à população); e o mito fundacional (história que dita a origem da nação, num passado distante, um tempo mítico).



preocupação profunda pela identidade: o que ela significa, como ela é produzida e como é contestada. [...] Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política” (WOODWARD, 2000, p.34). A identidade cultural, portanto, mostra-se mais como um fator de luta, um modo como um determinado grupo quer ser representado.

É preciso compreender a identidade cultural como um produto discursivo contextualizado em questões históricas e institucionais. É uma “suturação à estrutura” (Hall, 2000), uma negociação entre as origens com o objetivo do grupo, “aquilo que ele quer ser” (esse se sobressai em relação ao outro). As identidades “emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são assim mais um produto da marcação da diferença e da exclusão do que signo de uma unidade idêntica” (HALL, 2000, p.109).

Mas, como ficam as identidades culturais dos grupos marginalizados em tempo de globalização? Se o “Estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união sólida e inabalável com a nação” (BAUMAN, 2005, p.34), os grupos constituídos por meio da diferença mantêm uma unificação? Hall (2002) propõe três possíveis conseqüências que as identidades sob a globalização: (1) as identidades estariam se desintegrando em conseqüência da homogeneização global; (2) as identidades nacionais e outras identidades locais estariam sendo reforçadas por resistir à globalização; (3) identidades híbridas estariam tomando lugar das identidades nacionais.

3. ANÁLISES

É de senso comum o fato de o MST ser um movimento posto à margem da sociedade. O que não se reflete, entretanto, é que essa posição “à margem” pode ser a única saída para uma demarcação das diferenças. Os sem-terras se opõem ao modelo político vigente e à “elite rural” - fatores primordiais para a existência da identidade cultural do MST. A conquista da terra é o ideal do movimento, porém, *não ter terra* caracteriza sua identidade. O Movimento precisa desempenhar e assumir essa identidade – fazer dela uma tarefa e um objetivo.

Os integrantes do Movimento geralmente buscam reivindicações essencialistas para legitimá-los. Referências históricas das lutas de terras, dos movimentos sociais e fatos marcantes como a revolta dos Canudos, liderada por Antônio Conselheiro (CRUZ, 2006, p.146), são discursos em que “a história é construída ou representada como uma verdade imutável”



(WOODWARD, 2000, p.14). O integrante Paulo, em defesa do Movimento, pontuou esses aspectos, citando o líder religioso de Canudos que “desde aquele tempo 'já incomodava o sistema vigente” (CRUZ, 2006, p. 146). Paulo se utiliza da história em favor do Movimento, e compara aqueles que os oprimem com as forças militares e coercitivas do passado, “listando uma série de conflitos envolvendo a questão do poder pela terra entre o “povo pobre” e o “povo rico” até chegar aos dias atuais” (CRUZ, 2006, p.147).

Contudo, não se pode afirmar que a identidade cultural do MST é essencialista: como toda comunidade imaginada (HALL, 2002, p. 50), o Movimento é esculpido por seus integrantes por meio de discursos, histórias e demais simbolismos. Muitos deles passaram uma parte da sua vida no meio urbano, com trabalhos em indústrias e comércios, porém o desemprego e as dificuldades encontradas nas cidades levaram-nos a vestir a camiseta, o boné e levantar a bandeira do Movimento. Segundo Hobbsbawm (*apud* CANCLINI, 2005, p. 44) “a maior parte das identidades coletivas são mais camisa do que pele”, ou seja, não-essencialistas, mesmo que em alguns momentos sejam exaltados fatores essenciais como o trabalho e a dignidade.

O MST tem desvantagens sociais e materiais, como prevê Woodward no quinto ponto classificatório. Isso se dá devido à classificação do grupo “como inimigo ou como tabu”, devido às marcações simbólicas do Movimento, como as ocupações de terra e os discursos contrários aos interesses dos grandes proprietários rurais. A intenção é “mexer com o poder”. O integrante do Movimento Jair disse ter consciência que as ações do grupo podem causar antipatia perante à sociedade, porém “não existe outra maneira de o Movimento ser visto e, ao mesmo tempo, gritar pelos seus ideais de luta”. Para ele, infelizmente, de uma forma ou de outra, sempre existirão pessoas descontentes com os Sem-Terra e suas causas. (CRUZ, 2006, p.151)

O MST não luta apenas para possuir uma terra, mas contra a desigualdade, a política neoliberal, a exclusão. Estas mobilizações caracterizam a *política de identidade* do movimento e é mediante esses fatores que as pessoas exercem identificação e fazem parte do grupo.

A globalização também é tema de oposição do movimento. As empresas multinacionais e a interferência dos países desenvolvidos no território brasileiro são duramente criticadas. Dentre as três conseqüências do efeito da globalização sobre as identidades, cunhados por Hall (2002), o MST parece se enquadrar naqueles grupos os quais teriam identidades reforçadas devido à repulsão ao fenômeno globalizante, porém esse quadro sofre alteração. Opor-se à modernidade fluida não é compatível com uma identidade fixa e imutável (BAUMAN, 2005), e o



MST já passa a se hibridizar e a tencionar-se para o ramo do agronegócio, cujos desenvolvedores dessa atividade representam uma *diferença* dos sem-terra.

4. À GUIA DE CONCLUSÃO

Percebeu-se que a diferença tem um papel crucial na formação identitária do grupo, porém, nem a identidade ou a diferença sustentam uma unidade. Devido à fluidez da modernidade, as identidades também participam da fusão. Mas essas são, até o fim, sustentadas como se fossem fixas, através da busca pela verossimilhança no discurso essencialista. Não se pode mais afirmar com convicção que o MST possui uma identidade cultural unificada. Assim como as identidades nacionais, é lícito supor o fato de o movimento acompanhar a corrente das identidades pós-modernas, fluidas e fragmentadas. A globalização não fortalece mais o movimento. O descontentamento com a política atual, originalmente apoiada pelo MST, só tende a mostrar a impossibilidade de se opor com tamanha veemência à modernidade tardia. A tendência é exercer uma constante negociação com as *diferenças*. E se essas diferenças são fluidas e mutantes, é imprescindível acompanhar a correnteza e adaptar as identidades, a fim de assegurar os objetivos do movimento social e se defender das identidades impostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- CRUZ, Fábio Souza da. *A Cultura da Mídia no Rio Grande do Sul: o caso MST e Jornal do Almoço*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano e STEDILE, João Pedro. *Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. *Terceiro Setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GÖRGEN, Sérgio Antônio. *Os Cristãos e a Questão da Terra*. São Paulo: FTD, 1987.



GÖRGEN, Sérgio Antônio (org.) *Uma Foice Longe da Terra*. A repressão aos sem-terra nas ruas de Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 1991.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.